



**ESTADO DO PARÁ**

**Poder Executivo Municipal**

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

**CNPJ Nº 04.884.482/0001-40**



**EDITAL Nº 010/2021 – CP-CPL/PMCA**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021–CP-CPL/PMCA**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE 26,00 KM DA PA-396 – (TRECHO ENTRONCAMENTO DA PA/154/PORTO DO RIO CARACARÁ) LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO ARARI/PA, EM CONFORMIDADE AO INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº 076/2021 – SETRAN, ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA.**

**ABERTURA: 24 DE NOVEMBRO DE 2021, ÀS 10:00 HORAS.**





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## EDITAL Nº 010/2021 – CPL/PMCA, DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021–CPL/PMCA

### 1. PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI – PA, torna público que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MENOR PREÇO, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no que couber, com base na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

O CERTAME será conduzido pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, conforme designação contida nos autos do processo.

A SESSÃO PÚBLICA será realizada no dia 24 DE NOVEMBRO DE 2021, com início às 10:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no prédio Sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Dep. José Rodrigues Viana, n. 785, Cachoeira do Arari/Pa.

O Edital estará disponível às Licitantes e a qualquer interessado após sua publicação nos veículos Oficiais nos Portais dos Jurisdicionados - TCM e Transparência Municipal pelo sítio eletrônico: [www.cplcachoeira@hotmail.com](mailto:www.cplcachoeira@hotmail.com), bem como poderá ser consultado por qualquer interessado na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira. Caso haja o interesse na reprodução do Edital será cobrado custo por sua reprodução a ser pago junto ao setor de Tributos e Arrecadação Municipal.

No ato do recebimento do Edital deverão os interessados verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

O aviso de edital será publicado no Diário Oficial da União e Veículo de comunicação de grande circulação e no Quadro de Avisos da Sede Administrativa do Município.

### 2. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

O objeto deste edital é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE 26,00 KM DA PA-396 – (TRECHO ENTRONCAMENTO DA PA/154/PORTO DO RIO CARACARÁ) LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO ARARI/PA, EM CONFORMIDADE AO INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº 076/2021 – SETRAN, ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**, de acordo com as especificações técnicas e detalhamentos constantes nos documentos de engenharia, Anexo I do presente Edital e demais anexos, que são partes integrantes e indivisíveis deste instrumento convocatório.

O presente objeto faz parte das ações para atendimento da demanda dos serviços de conservação da Pa-396 (trecho: entroncamento da pa-154 / porto do rio caracará) numa extensão de 26,00 km, localizada no município de Cachoeira do Arari, na região de integração do Marajó, sob jurisdição do 9º núcleo regional, com as coordenadas de início 0°57'48.54" s e 48°49'47.34" o e fim 1°08'53.19" s e 48°44'35.76" o.

O objeto desta contratação é oriundo de ação de cooperação mútua entre o Município de Cachoeira do Arari/Pa e a Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, a partir do Convênio nº 076/2021 – SETRAN, conforme Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos de engenharia, elaborados pelo Técnico responsável do Setor de Engenharia da Unidade Requisitante, composto de Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Preços Unitários, Memória de Cálculo, Cronograma Físico Financeiro, BDI, Encargos Sociais e Plantas Baixas.

A execução e fiscalização dos serviços dar-se-á sob demanda da SECTOU em conjunto à Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O critério de julgamento desta licitação será pelo **MENOR VALOR GLOBAL**, sob o regime de **EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, na forma das Planilhas Orçamentárias, componentes do **ANEXO I – DOCUMENTOS DE ENGENHARIA**.



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



### 3. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO E DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do objeto do futuro contrato, oriundo desta licitação, contarão com recursos provenientes do Orçamento Municipal, cujo valor global máximo admitido para a presente contratação é **R\$ 5.216.602,25 (cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e dois reais e vinte e cinco centavos)**, elaborada com base nas planilhas referência SINAPI, SETRAN, SICRO, bem como composição de preços da PMCA, componente do **ANEXO I deste Edital**.

O referido valor é composto por fonte de recursos estadual, na forma do repasse de **R\$ 5.007.938,45** do Concedente SETRAN e contrapartida municipal de **R\$ 208.664,10** para a Conveniente Prefeitura de Cachoeira do Arari/Pa, **em conformidade ao Instrumento de Convênio nº 076/2021 – SETRAN**.

Os valores previstos estão disponibilizados na seguinte dotação orçamentária:

**ORGÃO: 01.07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO**  
**ATIVIDADE: 26.782.0004.1.025.000 – CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PONTES.**

**ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES**

### 4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa que detenha atividade compatível com o objetivo da contratação e que atenda todas as exigências da lei, inclusive quanto aos requisitos constantes deste Edital e seus anexos.

É vedada a participação direta ou indireta na licitação ou na execução da obra:

- a) Do autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) De empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) Servidor, dirigente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**, ou responsável pela licitação, nem seus respectivos parentes de até terceiro grau, inclusive cônjuge, afins e dependentes;
- d) Em falência ou recuperação judicial, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- e) Em dissolução ou em liquidação;
- f) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;
- g) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;
- h) Empresas, bem como titular ou sócios da concorrente, que contenham pendências no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União (CGU); que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que esteja incluída na lista de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União (TCU), **que para fins de comprovação devem ser apresentadas certidões ou termos das consultas pela licitante para efetivação de sua habilitação.**
- i) Entidades empresariais reunidas em consórcio, considerando que o objeto da presente licitação não caracteriza a necessidade de uso de alta complexidade, de modo que o objeto possa ser executado individualmente;
- j) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



k) Estrangeiras que não funcionem no País;

Para a execução do objeto, a Prefeitura de Cachoeira do Arari permitirá subcontratação unicamente para atividades que não constituam a escopo principal do objeto, até limite de 50% do orçamento, mediante prévia consulta e avaliação jurídica e do executivo municipal.

A empresa interessada deverá apresentar uma única razão social, um único CNPJ, não podendo, filiais ou subsidiárias, substituírem a matriz, quando esta for a licitante, e vice-versa.

Os impedimentos, caso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Pessoas Jurídicas sob a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, em que deverão comprovar tal situação mediante a apresentação de Declaração, nos termos do modelo constante do **ANEXO III** deste Edital, firmada pelo representante legal da empresa acompanhada por cópia autenticada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06. A não entrega da documentação em questão indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos Artigos 42 e 45 da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, quais sejam:

Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002; devidamente registrados no registro de empresas mercantis ou no registro de pessoas jurídicas, conforme o caso;

As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, à critério da Administração Pública, para regularização da documentação;

A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior deste Edital, implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

## 6. DA VISITA TÉCNICA

Considerando a natureza do objeto da contratação, e a origem dos recursos de custeio, advindos do Convênio n.º 076/2021 - SETRAN, cujas obrigações e requisitos de execução e prestação de contas são rigorosas em vistas de assegurar e garantir a plena execução do objeto de cooperação mútua entre a Prefeitura de Cachoeira do Arari/Pa e a Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, **recomenda-se às licitantes a realização de Visita Técnica ao local da execução do objeto desta contratação.**

A realização da visita técnica é facultativa à empresa licitante, ainda assim cumpre à Administração Municipal demonstrar sua relevância, como um mecanismo de cautela que busca evitar que haja, tanto para a licitante, como para a Conveniente Administração Municipal e ao Concedente Estadual, prejuízos de natureza econômica, e/ou de natureza técnica, durante a execução do contrato, por previamente tornarem-se conhecedoras das condições logísticas, técnicas e ambientais peculiares à região que venham influenciar na formulação da proposta e nas condições da futura execução dos serviços.

O local da execução dos serviços está situado na PA-396 (trecho Entroncamento da PA-154 / Porto do Rio Camará), numa extensão de 26,00 km, localizado no Município de Cachoeira do



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



Arari/Pa.

Para agendamento e realização da visita técnica, a licitante deverá protocolar interesse e junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari/PA, sito à Avenida Dep. José Rodrigues Viana, n. 785, Cachoeira do Arari/PA, das 08:00h às 12:00h, de 2ª a 6ª feira.

A solicitação de agendamento se dará mediante apresentação de credencial devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, acompanhada da certidão de registro de pessoa jurídica perante o CREA, onde comprove que o credenciado pertence ao quadro técnico da licitante acompanhado da identificação do mesmo.

A visita deverá ser realizada por técnicos da licitante que detenham conhecimento pertinente à área do objeto da contratação.

O calendário de realização da visita técnica será definido pelo técnico responsável da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Após a visita, os técnicos responsáveis da Secretaria de Obras e Urbanismo, fornecerão às empresas presentes, em modelo próprio, o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**, que fará parteda documentação de habilitação para qualificação técnica da Licitante.

Caso a Licitante opte pela não realização da visita, deverá apresentar à Comissão, junto aos documentos de qualificação técnica, **Declaração de Responsabilidade Técnica**, assinada pelo Representante Legal e Responsável Técnico da empresa, de que optaram pela não realização de visita para conhecimento do local de execução dos serviços e que se responsabilizam por quaisquer intercorrências de natureza técnica, logística, ambiental, estrutural que influenciem no desenvolvimento dos serviços de acordo com a Proposta apresentada e cronograma de execução, passivo desta forma à licitante a aplicação de multas e sanções seja por atrasos injustificados, paralisações e inexecuções ao caso relacionado.

## 7. DO CREDENCIAMENTO

Todas as empresas que desejarem se credenciar para participação no certame, deverão apresentar a documentação competente até o horário fixado no preâmbulo deste Edital. O licitante que se atrasar para o credenciamento participará da sessão apenas como ouvinte.

Cada licitante apresentar-se-á com um representante legal que, após ser credenciado, será o único admitido a intervir em todas as fases da licitação, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo apresentar-se munido de cópia autenticada de sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento credencial, conforme segue:

**a) Termo de Credenciamento** (conforme modelo no **ANEXO II** deste Edital) outorgado pelos dirigentes da empresa, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**, acompanhado de cópia de documento de identidade dos dirigentes da empresa, juntamente com **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL**, para fim de comprovar se o outorgado possui poderes para tal, **ou**,

**b) Instrumento público ou particular de procuração**, com a **FIRMA DO OUTORGANERECONHECIDA EM CARTÓRIO**, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, com a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública, acompanhado de cópia de documento de identidade dos dirigentes da empresa, juntamente com **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL**, para fim de comprovar se o outorgado possui poderes para tal, **ou**,

**c) No caso de Sócio ou Diretor da empresa licitante** deverá apresentar **CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL** para comprovação de que tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, acompanhada de cópia de documento de identidade.

A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica **NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, juntando declaração (ANEXO III), de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do**



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## Artigo 3º da LC 123/06, fora dos envelopes.

Na ausência de representação expressa, a empresa não será inabilitada, porém não poderá haver manifesto de qualquer espécie ou natureza durante a sessão da licitação.

Caso os documentos para credenciamento do representante legal da licitante não estejam devidamente reconhecidos, será possibilitado aos licitantes o saneamento das autenticações ou comprovações que a Comissão julgar necessário, de modo flexível, desde que sejam apresentadas as vias originais para efeito de conferência, uma vez que o credenciamento ou não de representante legal não é de caráter eliminatório da licitante.

## **8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA FINANCEIRA”**

Os envelopes, respectivamente **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)** e **PROPOSTA FINANCEIRA (ENVELOPE Nº 02)**, deverão ser apresentados **FECHADOS, INDEVISSÁVEIS E RUBRICADOS NO FECHO**, ter suas páginas numeradas e rubricadas contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**  
**- CPL/PMCA**  
**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
Razão social da empresa licitante.  
*(Endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa licitante).*

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**  
**- CPL/PMCA**  
**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA**  
Razão social da empresa licitante.  
*(Endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa licitante).*

Os documentos solicitados poderão ser apresentados por qualquer processo de impressão ou de cópia (excetuando-se a cópia via fax), ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial, devidamente autenticados por Tabelionato de Notas, ou servidor público integrante da Comissão de Licitação e, ocorrendo esta última circunstância, as cópias a serem autenticadas devem vir acompanhadas dos originais e dentro do prazo de validade. Não serão aceitas cópias ilegíveis; É recomendado que os documentos que forem apresentados em fotocópia sem autenticação em cartório competente, sejam apresentados com os respectivos originais à Comissão de Licitação até 02 (dois) dias úteis antes da abertura da licitação, para autenticação, no horário de 08:00 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da PMCA;

Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados da apresentação do original ou da autenticação por cartório competente e só terão validade depois de conferida sua autenticidade pelo Órgão licitante.

Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, com páginas numeradas em ordem crescente e rubricadas, sem emendas ou rasuras.

A proposta comercial deverá ser apresentada em uma única via com páginas numeradas em ordem crescente e assinada pelo responsável, sem emendas, rasuras ou sobrescritos.

É recomendado que a licitante apresente Pen-Drive contendo o arquivo de sua proposta na forma PDF e Excel, a fim de conferir agilidade a análise e avaliação do Técnico do Setor de Engenharia à proposta da licitante durante a fase de Análise e Aceitação da Proposta Financeira.

A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta.

Não será aceito nenhum protocolo de entrega para substituição de documentos relacionados neste edital.



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## 9. CONTEÚDOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação a Licitante deverá apresentar no envelope nº. **01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, documentação conforme ordem disposta neste Edital, inclusive com índice.**

Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

**O ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:**

a) **Carta de Apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante ou pessoa legalmente habilitada, acompanhada de:

**b) Declarações:**

I. Declaração de que não pesa contra si a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93. **MODELO ANEXO IV;**

II. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998). **MODELO ANEXO V;**

III. Indicação do Representante Legal e seus dados completos para assinatura do contrato;

IV. Declarar estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari/PA;

V. Declarar que executará a obra de acordo com o Projeto e as Especificações fornecidas às quais aloca todos os equipamentos, pessoal técnico especializado ou não, e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado;

VI. Declarar que se compromete a dispor para emprego imediato os equipamentos necessários e relacionados no Memorial Descritivo e demais peças de engenharia, e que os mesmos se encontram em condições adequadas de utilização;

VII. Declarar que a qualquer momento e por necessidade da obra, fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari/PA, sem ônus de mobilização para esta ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;

VIII. Declarar a indicação do responsável técnico da licitante, assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico, contendo nome completo e registro no órgão de classe, declarando ainda que manterá o profissional na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão, nos termos do inciso I, do § 1º, artigo 30, da Lei nº 8.666/93;

IX. Declaração expressa que se compromete a atender às determinações da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e de que prestará toda assistência e colaborações necessárias ao atendimento à fiscalização das obras.

X. Declaração do Licitante de que recebeu os documentos, que se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, que tem pleno conhecimento do projeto básico, das especificações, das condições e da natureza do trabalho a ser executado, e que os preços propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, declarando ter pleno conhecimento do projeto básico e suas especificações.



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



- XI. Declarar que executará a obra de acordo com os prazos estabelecidos no presente Edital;
- XII. Declarar que, caso vencedor do certame, cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR-18, Norma Regulamentadora que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

c) **Relação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, na forma e sequência descrita abaixo, através de índice.

## I. HABILITAÇÃO JURIDICA (Art. 28, Lei Federal nº 8.666/93)

- a) Cópia do CPF e Carteira de Identidade ou outro documento equivalente dos sócios;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva*
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

## II. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Tributária e Não-Tributária) do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sendo que a mesma deve abranger também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT da Licitante, perante a Justiça do Trabalho, em cumprimento à Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

**Parágrafo Primeiro: A Comissão verificará durante a Sessão a autenticidade dos documentos requeridos acima.**

**Parágrafo Segundo: Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.**





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Atestado de Visita Técnica** ao local da execução dos serviços, conforme disposições do Item 6.1, ou,

b) **Declaração de Responsabilidade Técnica**, assinada pelo Representante Legal e Responsável Técnico da empresa, de que optaram pela não realização de visita para conhecimento do local de execução dos serviços e que se responsabilizam por quaisquer intercorrências de natureza técnica, logística, ambiental, estrutural que influenciem no desenvolvimento dos serviços de acordo com a Proposta apresentada e cronograma de execução, passivo desta forma à licitante a aplicação de multas e sanções seja por atrasos injustificados, paralisações e inexecuções ao caso relacionado.

c) **Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA**, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação;

d) **Capacidade Técnico-Operacional**: A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviços relativos a obras rodoviárias de complexidade equivalente ou superior ao do objeto desta licitação mediante a comprovação de:

i. Será admitido 01 (uma) ou mais certidões e/ou atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA, para comprovação dos itens e quantitativos mínimos estabelecidos abaixo e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

ii. As parcelas de maior relevância para fins deste Edital serão:

- 1) Escavação e carga mat. jazida (consv) = 35.110,40 m<sup>3</sup>
- 2) Transp. local c/ basc. 10m<sup>3</sup> rodov. não pav (consv) = 1.643.166,72 T.Km
- 3) Compactação de aterros a 95% proctor normal = 35.110,40 m<sup>3</sup>

e) Quando a certidão e/ou atestado não for emitido pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada pelo menos um dos seguintes documentos:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- Contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.

f) A equipe técnica que participará da execução das obras ou serviços, constantes do projeto de engenharia, estará sujeita à aprovação da SETRAN, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

g) **Capacidade Técnico-Profissional**: A licitante deverá obrigatoriamente apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, **que demonstre a execução dos serviços definidos no item ii, da letra “d”**, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

i. Os serviços definidos no item ii da letra “d” são:

- 1) Escavação e carga mat. jazida (consv)
- 2) Transp. local c/ basc. 10m<sup>3</sup> rodov. não pav (consv)
- 3) Compactação de aterros a 95% proctor normal

h) Deverá a licitante possuir em seu quadro funcional o seguinte profissional: **Engenheiro Civil**.

i) O profissional **Engenheiro Civil** deverá ser indicado como responsável técnico da licitante perante a Unidade Requisitante e comprovar acervo técnico em obras similares qualitativa e quantitativamente ao objeto desta licitação, mediante a apresentação de:

i. Comprovante de Registro e Regularidade do profissional perante o CREA;



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



- ii. Apresentação de ART de Cargo e Função;
- iii. CAT – Acervo Técnico do Responsável Técnico, que contemple a execução dos serviços e quantitativos objeto desta licitação.

Os profissionais qualificados a compor o corpo técnico da empresa deverão pertencer ao quadro funcional da licitante através de vínculo a ser comprovado por meio de:

- a) Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação que rege a matéria.
- b) No caso de profissional autônomo, por meio de comprovação de registro na certidão de registro da empresa.
- c) No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), que deverá comprovar compatibilidade com a Certidão de Registro do licitante junto ao CREA, onde deverá constar o nome do profissional indicado.

O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I, do § 1º, artigo 30, da Lei nº 8.666/93, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Administração.

Deverá apresentar ainda:

- a) Relação dos equipamentos necessários para execução das obras ou serviços de que trata o projeto de engenharia, aos quais estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari/PA, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

#### IV. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial**, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa do licitante;

b) **Comprovação de a licitante possuir capital social ou patrimônio líquido** correspondente a, no **mínimo 10% do valor total estimado** da contratação (**R\$ 5.216.602,55**) de acordo com artigo 31 § 2o e § 3o da lei Federal 8.666/93.

c) **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, devidamente, registrado na junta comercial.

**c.1.)** Para fins deste **Edital**, os valores constantes no balanço patrimonial poderão ser corrigidos por índices oficiais, quando encerrados a mais de **03** (três) meses da datade apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante terá que, obrigatoriamente, apresentar documentação que o altere, devidamente registrada e arquivada na junta comercial;

**Parágrafo Primeiro: A apresentação do Balanço Patrimonial deverá ser feita da seguinte forma:**

a) No caso de sociedades anônimas, cópia do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado / Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas/associações), no cartório competente.

d) A real situação financeira do proponente será verificada com base nos **Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência e Endividamento**, demonstrada por memória de cálculo, através da apresentação dos cálculos abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela**





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40

fórmula:

AC + RLP

$$ILG = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} \geq 1,0$$

PC + ELP

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

AC

$$ILC = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \geq 1,0$$

PC

- **Índice de Endividamento Geral (IE)** não superior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

PC + ELP

$$IEG = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} \leq 1,0$$

AT

Onde:

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível a Longo Prazo AT – Ativo Total

- e) Os **Balanços** deverão conter as assinaturas do(s) representante(s) legal(is) e do contador responsável da Proponente, devidamente registrados na Junta Comercial;
- f) As empresas com menos de **01** (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;
- g) Demonstrações contábeis realizados/elaborados via Escrituração Contábil digital através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED deverão ser apresentados com autenticação da Junta Comercial.
- h) A Licitante deverá, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, apresentar as memórias de cálculo relativas a todos os dados apresentados, com relação à qualificação econômico-financeira, a saber: Índices Financeiros e Atualização do Capital Social Integralizado (se for o caso).

Para fins de efetivação das condições de habilitação da proponente, deverá ser apresentado à Comissão:

- a) Certidão ou Termo de Consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Certidão ou Termo de Consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- c) Certidão ou Termo de Consulta junto a Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**A consulta aos cadastros acima relacionados deverá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no presente edital e seus anexos.

A microempresa, empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal previstos nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do título **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em até 05 (Cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), a contar do encerramento da sessão.

A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- Em nome da licitante, com número do CNPJ e o endereço respectivo;
- Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

A não apresentação de qualquer documento exigido implicará na inabilitação do licitante;

Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

Salvo aqueles documentos que por sua própria natureza tenham validade indeterminada, todos os demais somente serão considerados válidos (aceitos) se emitidos em no máximo 90 (noventa) dias da data de realização desta Licitação, caso não tenham prazo de validade neles consignado.

Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o licitante for a matriz, e em nome da filial, se o licitante for a filial.

Poderá ainda o licitante, se filial, apresentar aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

Caso a filial, licitante habilitado, posteriormente se apresente impossibilitada de providenciar o faturamento pertinente, este deverá ser efetuado pela matriz do licitante, mediante prévia justificativa aceita pela CPL.

As licitantes deverão manter válidos, durante todo o procedimento licitatório, os documentos apresentados para habilitação, sendo exigida essa condição para assinatura do Contrato.

## 10. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA FINANCEIRA

A proposta deverá ser apresentada em uma única via, encadernada, digitada em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos, borrões ou ressalvas, devendo ser numerada sequencialmente da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato, datada, assinada, e rubricada em todas as folhas, em envelope lacrado.

O conteúdo do **ENVELOPE 2 – PROPOSTA FINANCEIRA**, deverá ser apresentado por meio de Carta Proposta de Preço, contendo todos os elementos a seguir relacionados:

- Razão Social, Nome de Fantasia, endereço, CNPJ da licitante e fazer menção a presente licitação;
- Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta;
- Prazo de Execução da Obra;
- Planilha de Preço, conforme o **ANEXO I – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, preenchida e assinada, em papel e em Pen-Drive, onde estarão contidas todas as despesas necessárias para a execução do serviço, inclusive as salariais, totalização dos encargos sociais e trabalhistas, despesas adicionais, BDI e totalização de impostos e taxas, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades, não poderão ser alterados pela licitante, exceção feita às colunas de custototal e campo de somatórios ou quando devidamente estabelecido em ERRATA e/ou ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS, o percentual de desconto apurado no preço global deverá ser aplicado linearmente sobre todos os preços unitários das Planilhas de Orçamento.



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



e) Composições analíticas das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais: PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS, incidentes para os serviços previstos na Planilha de Serviços e Preços, discriminando todas as parcelas que o compõem, conforme PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE B.D.I. (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS).

I. Os tributos referentes ao IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por constituírem tributos de natureza direta e personalista, que oneram pessoalmente o Contratado.

II. A licitante sujeita ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverá apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem às médias dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratado pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

III. As licitantes deverão adotar o percentual de 5,0% (cinco por cento), referente à alíquota de ISS, praticado no município de Cachoeira do Arari/PA, para composição da tabela de BDI.

IV. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS na tabela do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas na Lei Complementar nº 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que estas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º da referida Lei Complementar.

f) Cronograma Físico e Financeiro compatível com a obra, conforme o **ANEXO I – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, com periodicidade mensal, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado.

g) Declaração de concordância do licitante de que a adequação do projeto que integra o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em quaisquer peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnico preliminar do projeto não poderá ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

h) Valor total e global escrito por extenso.

i) Declaração expressa de que nos preços nela contidos estão incluídas todas e quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, materiais de consumo, lucros, encargos trabalhistas, sociais, fiscais, seguros, e outras despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para manter a higiene e segurança no trabalho, necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital;

Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

O **ANEXO I – DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, deverá ser seguido integralmente no tocante aos quantitativos e unidades de medidas, sendo desclassificada a proposta que os omitir por qualquer razão.

Eventual falta de numeração ou numeração incorreta, não será motivo de desclassificação, porém deverá ser suprida pelo representante da licitante na sessão de abertura das propostas.

O licitante apresentará Proposta Comercial em meio digital, com arredondamento de duas casas decimais, não sendo motivo de desclassificação a sua não apresentação.

O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão-de-obra, materiais, tecnologias e matéria prima existente no local da execução da obra, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

É de inteira responsabilidade da licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a execução do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

Nos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casas decimais para evitar correções



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**"Palácio João Rodrigues Viana"**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



futuras na PROPOSTA DE PREÇOS.

Deverão constar no envelope da proposta os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Composição de Preços Unitários;
- Memorial de cálculo;
- Cronograma físico financeiro;
- Composição de BDI e Encargos Sociais;

Não serão aceitas propostas enviadas via fax.

## 11. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

A licitação será processada e julgada nos termos dos artigos 43 a 48 da Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

Considera-se iniciada a sessão a partir da abertura do primeiro envelope.

É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta, ressalvados aqueles que se destinam a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela CPL.

Iniciada a sessão, serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação, os quais serão submetidos aos licitantes e à Comissão, para que sejam rubricados e apreciados.

Analisados os documentos, serão divulgados os nomes das empresas habilitadas e das inabilitadas, devendo ser devolvidos às últimas os envelopes lacrados da proposta, caso não haja interposição de recurso ou após a sua denegação.

As licitantes inabilitadas deverão retirar suas propostas na CPL, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da divulgação do resultado do julgamento da habilitação. Decorrido esse prazo, a CPL providenciará a eliminação dos mencionados documentos.

Em seguida, serão abertas as propostas financeiras das licitantes habilitadas e submetidas à rubrica e apreciação dos licitantes e da Comissão, desde que transcorrido o prazo para interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o resultado do julgamento dos recursos interpostos.

Das reuniões para recebimento e abertura dos invólucros de nº 1 e 2, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todos os licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. As Atas serão assinadas pelos membros da CPL e por todos os licitantes presentes.

É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

Sendo inabilitados todos os licitantes ou todas as propostas desclassificadas, e após o decurso de todos os prazos recursais, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, nos termos do disposto no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

## 12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração obedecerá ao disposto no art. 45 da Lei nº 8.666/93, **adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**, atendidas as especificações técnicas constantes deste Edital, nos termos do § 1º, inciso I, do retro mencionado artigo.

A CPL rejeitará as propostas que:

Estejam com omissões, adições, alterações ou ilegalidades, encontrem-se ilegíveis ou com rasuras;

Não apresentarem na planilha de quantitativos e na planilha de preços e ainda no resumo financeiro a assinatura do profissional responsável pela elaboração da planilha.

Durante a análise e julgamento das propostas, a CPL poderá exigir de qualquer dos proponentes esclarecimentos adicionais sobre a proposta e seus anexos.

As propostas serão analisadas e, quando ocorrerem eventuais erros aritméticos, poderão ser corrigidas pela Comissão de Licitação da forma seguinte:





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;

No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;

No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas;

O preço total da proposta será ajustado pela CPL, em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da proposta.

Até a assinatura do contrato, a Prefeitura de Moju poderá desclassificar qualquer das proponentes, sem direito a indenização ou ressarcimento de qualquer natureza sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícias de fato ou circunstâncias, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa das mesmas.

Serão desclassificadas as propostas que:

Não atenderem às exigências legais deste Edital e seus anexos;

Estiverem com preço acima do valor máximo estabelecido pela Administração Municipal em planilha orçamentária;

Apresentarem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço e vantagem baseada na proposta de outras licitantes;

Se mostrarem manifestamente inexequíveis ou com preços excessivos;

Serão consideradas manifestamente inexequíveis as propostas, cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou,

b) Valor orçado pela Administração.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

A Adjudicação será feita à licitante habilitada que oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

A licitante vencedora, uma vez notificada, que se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar injustificadamente o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis a contar da notificação, incorrerá na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/1993. Neste caso, a Administração poderá convocar a empresa que imediatamente a suceder na classificação e assim sucessivamente;

O licitante remanescente, na hipótese da ocorrência acima citada, será convocado para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

Se decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas sem que haja convocação para a celebração de contrato, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

### 14. DOS PRAZOS

Os licitantes deverão observar os prazos discriminados neste Edital, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

O prazo de validade das propostas, objeto da presente licitação, será de no mínimo, **60 (Sessenta) dias**, contados da data de sua entrega.

O prazo de **vigência do contrato** será de **12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia após a publicação do mesmo, prorrogável na forma da Lei;**

O prazo para execução da obra **obedecerá ao prazo definido no cronograma físico financeiro, observado o prazo de 08 (oito) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;

Os prazos de início de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e com base nos motivos apontados no art. 57,



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



§ 1º, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## 15. DO GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA OBRA

A Prefeitura Municipal designará o Sr. **Haroldo Humberto Lobo Cardoso Filho**, Engenheiro Civil CREA/PA nº 1513364103-PA, como **Fiscal de Contrato**, vinculados ao futuro contrato, na forma das disposições, para gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto ora licitado.

O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A fiscalização elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico da obra, observando o estabelecido no cronograma físico-financeiro. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

A fiscalização atestará as notas fiscais/faturas e recibos emitidos pela empresa contratada.

## 16. DO REAJUSTE

Só será admitido o reajuste de preços após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso no cronograma físico da obra, e após a análise dos setores competentes sobre a admissibilidade.

O interessado deverá formalizar o pedido de reajuste juntamente com o pedido de pagamento da nota fiscal/fatura dos valores passíveis de reajuste, sob pena de preclusão lógica do direito.

O índice a ser aplicado deverá ser o INCC-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:  $R = P_i \times I_i - I_0$  onde:

R = valor do reajustamento;

$P_i$  = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

$I_i$  = índice nacional da Construção Civil–INCC- M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

$I_0$  = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ficará impedido de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às seguintes sanções:

a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor do objeto, a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo a não entrega do objeto levar a convocação do segundo colocado e aplicação de multa e demais sanções prevista no Edital.

b) Impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA** pelo período de até 05 (cinco anos), observada a ampla defesa e o contraditório.

Independente da aplicação das penalidades retro indicadas à proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese de a proponente classificada não aceitar a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

## 18. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

Os pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhados ao Setor de Licitação por escrito ou através do endereço eletrônico: [cplcachoeira@hotmail.com](mailto:cplcachoeira@hotmail.com).

Os esclarecimentos serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal, bem como anexados ao processo licitatório em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para a abertura da licitação.

## 19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS

Poderá impugnar o edital qualquer cidadão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura do mesmo, no caso de impugnação por empresa licitante, o prazo será de 02 (dois) dias úteis antes da abertura, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

No caso de interposição de recurso, o mesmo deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, cujos demais prazos e procedimentos obedecerão ao disposto no Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As impugnações e recursos deverão ser impetrados por via física junto ao Protocolo Geral da Prefeitura de Cachoeira do Arari, ou pelo endereço eletrônico: [cplcachoeira@hotmail.com](mailto:cplcachoeira@hotmail.com), observando para a contagem dos prazos, o envio/apresentação durante o horário de expediente: 08:00 às 14:00hs.

## 20. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO

O resultado final desta licitação será publicado no Diário Oficial da União, no Quadro de Avisos da Sede da Prefeitura Municipal e no Portal da Transparência Municipal.

## 21. DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal, bem como o atesto da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal junto à Secretaria Municipal de Finanças, na forma abaixo.

Nota fiscal/Fatura deve apresentar discriminação resumida dos serviços executados, período da medição, número da licitação, número do Termo de Contrato e/ou Convênio, observação das normas constantes na Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e alterações, sem rasuras e/ou entrelinhas.

Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório GFIP/SEFIP, com recolhimentos na matrícula CEI da obra.

Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório Analítico da GRF.

A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, e demais alterações.

Para a liberação da **primeira parcela**, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Comprovação da ART da obra;

Comprovação de matrícula CEI da obra junto ao INSS;

Para a liberação da **última parcela**, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Do termo de Recebimento Definitivo da obra;

Do comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de



# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



inteira responsabilidade da contratada.

Da contribuição sindical, no caso de a obra com duração de 365 dias ou mais.

A Prefeitura Municipal reserva-se no direito de recusar o a realizar o pagamento, se no atoda verificação e atesto pelo fiscal, o mesmo observar que os serviços não estão de acordo com as especificações apresentadas, devendo ser relato o fato por escrito. O pagamento só será realizado após as devidas correções pela contratada.

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo no fornecimento pela **CONTRATADA**.

A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes aeventuais multas e/ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

## 22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

No interesse da Administração Pública, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARIPA** poderá:

- Modificar as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- Revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá- la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou anulação do procedimento licitatório.

## 23. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal poderá revogar a licitação por motivo de interesse público, e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiros.

A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pela execução da obra, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços executados.

O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deve ser feitos nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003.

A licitante deverá prestar declaração de que imediatamente após a assinatura do contrato providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao **CREA/PA**, na forma da Lei nº 6.496/77, entregando uma via para os arquivos da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari através do Fiscal de Contrato.

Na contagem de prazos estabelecidos nesta Licitação excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Os casos omissos neste Edital serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação, com base na Legislação Federal e Municipal incidentes, e nos princípios gerais do Direito.

Será competente o Foro da Comarca de Cachoeira do Arari/PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para soluções de questões oriundas deste Processo Licitatório.

Os anexos abaixo fazem parte integrante e indivisível do presente Edital:

- ANEXO I – Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Projetos e demais Documentos Técnicos de Engenharia;
- ANEXO II – Modelo para Termo de Credenciamento;





# **ESTADO DO PARÁ**

**Poder Executivo Municipal**

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

**CNPJ Nº 04.884.482/0001-40**



- a) ANEXO III – Modelo de Declaração com base no disposto na Lei Complementar N°. 123/2006 e Alterações Posteriores;
- b) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Idoneidade/Fatos Supervenientes;
- c) ANEXO V – Modelo de Declaração cumprimento Art. 7º da Constituição Federal;
- d) ANEXO VI – Minuta de Contrato Administrativo.

Cachoeira do Arari - PA, 22 de Outubro de 2021.

**ROSA SUELI DA CONCEIÇÃO AVELAR DE JESUS**

Presidente – CPL Port. 061/2021 – GP/PMCA





**ESTADO DO PARÁ**

**Poder Executivo Municipal**

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

**CNPJ Nº 04.884.482/0001-40**



**ANEXO I**

**DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA (PROJETO BÁSICO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, MEMORIAL DE CÁLCULO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DE BDI)**





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## ANEXO II

### MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob o Nº 001/2021**

– **CPL/PMCA**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa \_\_\_\_\_  
(FIRMA RECONHECIDA)

Nome do dirigente da empresa \_\_\_\_\_





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO COM BASE NO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006E ALTERAÇÕES POSTERIORES

\_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e de CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no **Edital** de

#### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob o Nº 001/2021**

– **CPL/PMCA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inc. II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações.

DECLARA ainda que a empresa será excluída das vedações constantes do § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Local e data.

**Representante Legal** \_\_\_\_\_

OBS: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.





**ESTADO DO PARÁ**

**Poder Executivo Municipal**

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

**CNPJ Nº 04.884.482/0001-40**



**ANEXO IV**

**MODELO PARA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Para fins de participar na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob o Nº 001/2021**  
– **CPL/PMCA**, a empresa ....., CNPJ....., declara sob as  
penas da  
lei, que até a presente data inexistente fato impeditivo para a sua habilitação, estando ciente  
da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO (art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)

....., inscrito no  
CNPJ  
nº....., no intermédio de seu representante legal o  
(a)

Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ( ).

Cidade - UF, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal)







# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 – CPL/PMCA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX - SECTOUR/PMCA**

**(MINUTA DE CONTRATO) QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO, E A EMPRESA XXXXX, CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Dep. José Rodrigues Viana, nº 785, CEP: 68.840-000, Cachoeira do Arari, Estado do Pará, inscrita no **CNPJ sob o nº 04.884.482/0001-40**, devidamente representada neste ato pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal **ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO ATHAR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 2121767 PC/PA e do CPF nº 184.675.042-34, residente e domiciliado nesta cidade de Cachoeira do Arari/PA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO**, devidamente representada neste ato pela Sr. Secretário Municipal **JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO LEAL**, brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXX - SSP/PA e do CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Cachoeira do Arari/PA, doravante denominados simplesmente de **CONTRATANTE** e a **EMPRESA XXXXXXXXXXXXX**, sediada à XXXXXXXXXXXXX, nº 000, Bairro: XXXXXX, inscrita no **CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00**, neste ato representado por **XXXXXXXXX**, portador do RG sob nº XXXXX-SSP/PA, e do CPF nº XXXXXX, doravante denominado **CONTRATADA**, ajustam para as finalidades e sob as condições declaradas e reciprocamente aceitas o que segue:

### **CLÁUSULA I - DA ORIGEM DO CONTRATO:**

1.1. Este Contrato Administrativo tem como origem o Processo Licitatório na modalidade

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**

**–CPL/PMCA.**

### **CLÁUSULA II – DA LEGISLAÇÃO:**

2.1. As cláusulas e condições deste Contrato moldam-se às disposições do artigo 54, parágrafos 1º e 2º e art. 55, incisos I a XIII da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores a qual **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** estão sujeitas.

### **CLÁUSULA III - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE 26,00 KM DA PA- 396 – (TRECHO ENTRONCAMENTO DA PA/154/PORTO DO RIO CARACARÁ) LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO ARARI/PA, EM CONFORMIDADE AO INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº 076/2021 – SETRAN, ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI/PA**, conforme especificações, quantitativos e valores dispostos em relação anexa (**ANEXO I**) a este Contrato e consoante o procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**

**3.1. – CPL/PMCA.**





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



## CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações por parte da

**CONTRATANTE** estão assegurados na seguinte funcional:

**ORGÃO: 01.07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO**  
**ATIVIDADE: 26.782.0004.1.025.000 – CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PONTES.**

**ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES**

4.2 As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

## CLÁUSULA V - DO PREÇO

Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXX)**, conforme Proposta de Preço anexa a este Contrato – **ANEXO I**.

Todos os impostos, taxas e demais encargos decorrentes do presente Contrato, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal, bem como o atesto da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias junto à Secretaria Municipal de Finanças, mediante:

- Nota fiscal/Fatura deve apresentar discriminação resumida dos serviços executados, período da medição, número da licitação, número do Termo de Contrato e/ou Convênio, observação das normas constantes na Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e alterações, sem rasuras e/ou entrelinhas.
- Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório GFIP/SEFIP, com recolhimentos na matrícula CEI da obra.
- Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório Analítico da GRF.
- A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, e demais alterações.

A Prefeitura Municipal reserva-se no direito de recusar o a realizar o pagamento, se no ato da verificação e atesto pelo fiscal, o mesmo observar que os serviços não estão de acordo com as especificações apresentadas, devendo ser relato o fato por escrito. O pagamento só será realizado após as devidas correções pela contratada.

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo no fornecimento pela **CONTRATADA**.

A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA VII – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela **CONTRATANTE** quando da ocorrência das hipóteses previstas no Artigo 65, I, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

O contrato poderá ainda ser modificado através de acordo entre os contratantes quando ocorrerem as hipóteses previstas no artigo 65, II, da Lei 8.666/1993.

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES

### DA CONTRATANTE:

Acompanhar e supervisionar a execução da obra, objeto deste Contrato, através do Fiscal do Contrato designado pela Administração, denunciando quaisquer irregularidades constatadas. Efetuar o pagamento conforme o acordado e previsto na Cláusula VI deste instrumento.

A **CONTRATADA** compromete-se a:

Executar a obra, objeto do presente Contrato, em tempo hábil, e em conformidade com a demanda repassada pela **CONTRATANTE**.

Responder pela qualidade e garantia dos serviços executados, obedecendo rigorosamente às regras contidas no procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021**

**-CPL/PMCA.**

Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**, na execução da obra, objeto deste Contrato.

Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

## CLÁUSULA IX - DA RESPONSABILIDADE

9.1. A empresa contratada é responsável, com exclusividade, pela execução do objeto deste contrato, respondendo pelos danos que por si, seus prepostos, ou empregados causarem por dolo ou culpa à **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. As penalidades a serem aplicadas em caso de descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, em seu Capítulo IV, assim considerando:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por infração de qualquer cláusula ou condição contratual;

c) Suspensão temporária de participação em licitações no âmbito da Administração Pública Municipal, com impedimento de contratar com essa Administração, por prazo não superior a dois

(02) anos;

d) Rescisão unilateral do contrato, pelos motivos descritos no artigo 78, do mesmo Diploma Legal.

## CLÁUSULA XI - DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido:

a) Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº8.666, de 21.06.93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Dispensa de Licitação;

c) Judicialmente, nos termos da Legislação processual.

## CLÁUSULA XII- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de **12 (Doze) meses**, contados a partir da publicação do





# ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



mesmo;

O prazo para execução da obra será de **08 (Oito) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;

Os prazos de início de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e com base nos motivos apontados no art. 57, §1º, incisos I a VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA XIII - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A administração e fiscalização do presente Contrato caberá ao Sr. **Haroldo Humberto Lobo Cardoso Filho, Engenheiro Civil CREA/PA nº 1513364103-PA**, neste ato devidamente designado pela Administração Municipal como **Fiscal de Contrato**.

## CLÁUSULA XIV - DO REAJUSTE

Só será admitido o reajuste de preços após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso no cronograma físico da obra, e após a análise dos setores competentes sobre a admissibilidade.

O interessado deverá formalizar o pedido de reajuste juntamente com o pedido de pagamento da nota fiscal/fatura dos valores passíveis de reajuste, sob pena de preclusão lógica do direito.

O índice a ser aplicado deverá ser o INCC-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$R = Pi \times li - I0$  onde:

R = valor do reajustamento;

Pi = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

li = índice nacional da Construção Civil – INCC- M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I0 = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

## CLÁUSULA XV: DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente Contrato será publicado em extrato, no Diário Oficial da União, Jornal de Grande Circulação, mural da Prefeitura Municipal e Portal de Transparência Municipal, após sua assinatura.

## CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1. Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou questões decorrentes deste Contrato Administrativo, fica declarado competente o Foro da Comarca de Cachoeira do Arari, Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e Contratadas, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Cachoeira do Arari/PA, XX de XXXXX de 20XX.

**ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO ATHAR**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI**  
CONTRATANTE





# **ESTADO DO PARÁ**

**Poder Executivo Municipal**

**“Palácio João Rodrigues Viana”**

**CNPJ Nº 04.884.482/0001-40**



**JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO LEAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO**

**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**1** \_\_\_\_\_

Nome:

Cl:

**2** \_\_\_\_\_

Nome:

Cl:

